



SONHAR É PRECISO.

**PLANEJAR O FUTURO
É ESSENCIAL.**

**CRIAR CONDIÇÕES
PARA ESTE FUTURO É
IMPRESINDÍVEL.**

**A BLUMENAU DE 2050 VISLUMBRADA NOS
OUTDOORS SÓ SERÁ VIÁVEL SE COMEÇARMOS
IMEDIATAMENTE A INVESTIR EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E REAL DEMOCRATIZAÇÃO DAS DECISÕES.**

A mesma cidade que sonha com 2050 é aquela que não prioriza a educação pública, privatiza o esgoto, não valoriza os servidores públicos, não investe em políticas culturais, não ouve a sociedade nas decisões de gestão, mantém a má qualidade e o alto preço no transporte coletivo, não possui uma política de ocupação urbana sustentável, etc, etc e etc...

**A POSSIBILIDADE DE UM FUTURO MELHOR NÃO NOS
AUTORIZA A FALTA DE COMPROMISSO COM O PRESENTE.**

Editorial

CAMPANHA SALARIAL 2011

O retorno às atividades da FURB a cada início de ano, marca também um dos períodos de maior importância para a direção do SINSEPE. O planejamento das atividades para o decorrer do ano é realizado concomitantemente com as discussões, em diretoria e com a categoria, acerca da pauta de reivindicações a ser apresentada na negociação anual com a reitoria, normalmente na primeira quinzena do mês de março. Neste ano, o SINSEPE convoca os servidores para composição da pauta um pouco mais cedo, possibilitando um período maior de negociação, com mais tranquilidade e possibilidade de maior atenção às questões sociais, sem com isso diminuir a importância das cláusulas econômicas e atualização da tabela salarial.

Na proposta da diretoria do sindicato, a pauta de reivindicações é composta, fundamentalmente, por reivindicações que refletem na valorização do trabalho e dos trabalhadores na nossa universidade

FORMULAÇÃO DA PAUTA

A pauta de reivindicações será discutida pelos trabalhadores da Furb nos dias 21 e 22 de fevereiro, respectivamente em pré-assembly no Campus II e Assembleia Geral no Campus I. Na proposta da diretoria do SINSEPE, a pauta é composta, fundamentalmente, por reivindicações que refletem na valorização do trabalho e dos trabalhadores na nossa universidade. A proposta a ser apresentada é resultado das permanentes reivindicações da categoria, dos compromissos assumidos pela equipe de gestão da universidade enquanto candidatura à reitoria no último ano, além da análise do cumprimento da nova legislação municipal relativa à FURB, ao

Estatuto e carreira dos servidores.

A diretoria do SINSEPE entende como fundamental a imediata regulamentação interna dos itens em que a Lei aponta esta necessidade, permitindo o cumprimento efetivo da legislação no que se refere aos direitos dos trabalhadores da instituição. Ainda, passado um ano da aprovação pela Câmara de Vereadores, é possível analisar a aplicabilidade prática das previsões legais e apontar um conjunto de necessárias modificações e ajustes nas leis. Sendo necessário encaminhamento pelo executivo municipal à Câmara de Vereadores das eventuais modificações, estas devem resultar de um processo participativo em que sejam ouvidos os diversos setores da comunidade universitária, sendo, pelo sindicato, indicado como necessidade imediata.

COMPROMISSOS DA REITORIA

Além da necessária regulamentação interna dos processos, em complemento aos dispositivos legais, a pauta de reivindicações certamente continuará composta por diversos itens de valorização dos trabalhadores, apresentados em anos anteriores e não atendidos pelas diferentes composições da reitoria. A campanha eleitoral que no ano passado conduziu os professores Natel e Griseldes ao comando da gestão da Universidade foi marcada por diversos compromissos destes com pautas permanentes de reivindicação sindical. Em entrevista ainda como candidato, publicado à época no *Expressão Universitária*, o atual reitor João Natel destacou, entre outros temas:

- 1) Repor integralmente as perdas salariais, entendido como obrigação mínima de um gestor competente.
- 2) Valorizar os servidores garantindo a estabilidade, segurança e a perspectiva de promoção e ascensão na carreira.
- 3) Constituir um serviço de atenção à saúde do trabalhador, multiprofissional, centrado na prevenção dos estados de

adoecimento e responsável pela proposição e monitoramento de uma política de saúde do trabalhador na FURB.

4) Tranquilidade ao pesquisador, através de política de pesquisa, definição de teto de horas de ensino para o pesquisador, autonomia de execução orçamentária para os coordenadores de projetos, além da extensão dos programas de iniciação científica e editais internos ao acesso de professores substitutos e mestres.

5) Aprofundar e rediscutir os benefícios da terceirização, considerando fortemente a possibilidade de concursos para o quadro de carreira nas funções hoje terceirizadas.

6) Tornar as contratações temporárias, contratações de exceção. Na sua necessidade, fazê-las regulamentadas pela CLT, sendo reconhecidos todos os direitos, inclusive fundo de garantia.

CONVOCAÇÃO DA CATEGORIA

Este é o caráter geral que deve ter a pauta de reivindicações em 2011, a atualização das reivindicações permanentes da categoria, acrescida dos temas mais recentes, e a cobrança dos compromissos assumidos pela candidatura Natel/Griseldes, agora reitor e vice reitor da FURB. Assim, o SINSEPE convoca a todos os servidores para a Assembleia Geral em 22 de fevereiro às 14h30 no auditório do Bloco T, campus I, quando será discutida e formulada a pauta de reivindicações de 2011, bem como formada a equipe de negociação representativa dos trabalhadores.

Atualização das reivindicações da categoria, acrescida dos temas mais recentes, e a cobrança dos compromissos assumidos pela candidatura Natel/Griseldes, dão o caráter geral da pauta

Campanha Salarial 2011

Será encaminhada antecipadamente à categoria, por correio eletrônico, a pauta de reivindicações aprovada para a negociação no ano de 2010, para conhecimento e revisão, bem como informações adicionais.

As propostas da categoria para a pauta 2011 poderão ser apresentadas tanto na pré-assembly no Campus II, quanto na Assembleia Geral, no Campus I.

**21 de fevereiro,
segunda-feira, 14h30
Pré-assembly
Auditório do CCT - Campus II**

Na pré-assembly, no Campus II, será apresentada aos presentes a íntegra da proposta de pauta de reivindicações pela diretoria do Sinsepes, sendo todos os itens discutidos e/ou esclarecidos. Na pré-assembly poderão ser apresentadas propostas de modificação, inclusão ou exclusão dos itens da pauta, no entanto as votações para deliberação serão concentradas na Assembleia Geral. Assim não haverá votação, todas as propostas levantadas serão objeto de votação no dia 22.

**22 de fevereiro,
terça-feira, 14h30
Assembleia Geral
Auditório Bloco T - Campus I**

Na Assembleia Geral será apresentada aos presentes a proposta de pauta pela diretoria do Sinsepes e as proposições apresentadas na pré-assembly. Estas serão discutidas e/ou esclarecidas e, juntamente com as novas proposições apresentadas pelos presentes, submetidas a votação para formação da pauta oficial de reivindicações 2011. Será formada ainda, por deliberação dos presentes, a composição da equipe de negociação com a reitoria. A presença dos servidores é fundamental para garantir a qualidade das discussões e a deliberação horizontal das propostas.

Pauta:

1. Informes
2. Discussão da Pauta de Reivindicações do SINSEPE 2011
3. Formação da Comissão de Negociação



Educação pública prioridade em Santa Catarina? Só pode ser piada!

POR LUIZ HEINZEN, tesoureiro do SINSEPE e professor da FURB <luizh53@gmail.com>

Em época de eleição, mas somente nesta época, a educação pública vira prioridade para os políticos em nível municipal, estadual e federal. Porém, passadas as eleições, tem 20 professores, cuja média salarial é de R\$ 3.434,02. Já os 17.733 professores efetivos que atuam em sala de aula recebem, em média, R\$ 2.459,97. Os 9.130 ACT (Admitidos em Caráter Temporário) com Licenciatura Plena (Habilitação 300) recebem uma média de R\$ 1.190,05 e os 6.052 que tem apenas Segundo Grau (Habilitação 100) tem média salarial de R\$ 827,85. Observe que professores lotados nas SDR recebem, no mínimo, 20% e no máximo 90% a mais que os professores efetivos que estão em sala de aula. Claro que, com essa política de remuneração, todos que

Nos últimos oito anos de governo foram criadas 36 secretarias de desenvolvimento regional em todo o Estado, porém pouca prioridade foi dada para a educação pública

Em nosso estado não é diferente. Nos últimos oito anos de governo foram criadas 36 SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional), porém pouca prioridade foi dada para a educação pública. Nosso estado é um dos estados brasileiros que entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade alegando não poder pagar o piso nacional estabelecido para os professores. Ao mesmo tempo, paga oito aposentadorias para ex-governadores, cuja média é de R\$ 21.222,34. E o descaço não para por aí. As SDR empregam em seus quadros professores com salários (média salarial) que vão de R\$ 3.005,04 (SDR - Tubarão, com 14 professores) a R\$ 4.637,35 (SDR - Maravilha, com 20 professores). A SDR de Blumenau

tiverem oportunidade, deixarão as salas de aula para ocupar cargos nas SDR. Outro dado interessante é que o número de professores Admitidos em Caráter Temporário chega a 15910, quase 90% dos efetivos lotados na Secretaria Estadual de Educação. Se a preocupação com a educação realmente existisse, é claro que esta situação não ocorreria.

Veja no quadro abaixo algumas lotações e remunerações de professores em vários órgãos estaduais.

Quantidade	Lotação	Média salarial	Observação
7	SEA	R\$ 6.792,07	
9	SDR - Maravilha	R\$ 4.637,35	Maior Renumeração SDR
20	SDR - Blumenau	R\$ 3.434,02	
14	SDR - Tubarão	R\$ 3.005,04	Menor Renumeração SDR
17.733	SED	R\$ 2.459,97	Professores Efetivos
9.122	SED	R\$ 1.190,05	ACT - Hab 300
42	SED	R\$ 997,69	ACT - Hab 200
12	SED	R\$ 991,41	ACT - Hab 150
336	SED	R\$ 949,41	ACT - Hab 030
6.052	SED	R\$ 827,85	ACT - Hab 100
346	SED	R\$ 777,75	ACT - Hab 010

Síglas: SEA= Sec. de Estado de Administração. SDR= Sec. de Desenvolvimento Regional. SED= Sec. de Estado de Educação. Fonte: Folha de Agosto de 2010 (última disponível no site da Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina. <http://www.sef.sc.gov.br/auditoria/images/stories/GEAPE/Fazcomp%20Mensal%20082010/medias%20rem%20cargos%20orgao.pdf>)

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Jornalista responsável:** Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação, editoração e edição: Leo Laps. **Tiragem:** 4.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

RECICLE! NÃO SUJE A CIDADE!

Presidente: Tulio Vidor **Vice-presidente:** Ricardo Machado **Secretário-geral:** Joni Júlio Evaristo **Tesoureiro:** Luiz Heinzen

1º Tesoureiro: Luiz Donizete Mafra **Diretor Jurídico:** Glauco A. Espíndola **Diretora de Cultura:** Mariana Freitas **Diretor de Imprensa:** Carlos Alberto Silva

Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rubia Carla Ribeiro e Décio Zendron (titulares); Natacha Juli Georg (suplentes)

diversas

Constrangidos, *pero no mucho*

É pena que constrangimento, sozinho, não obrigue o canalha a corrigir seus erros. O sentimento pairou pelo Senado no final do ano passado, quando o bispo de Limoeiro do Norte, Ceará, dom Manuel Edmilson Cruz, se recusou a receber a Comenda dos Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. Aos parlamentares presentes na solenidade, ele condenou o reajuste de 61,8% concedido a deputados e senadores uma semana antes, lembrando as mortes nas filas de espera em hospitais da rede pública do país.

“A comenda hoje outorgada não representa a pessoa do cearense maior que foi dom Hélder Câmara. Desfigura-a, porém”, afirmou o bispo. Para ele, o reajuste para parlamentares deveria ser proporcional ao do salário mínimo (que deve passar de R\$ 510 para R\$ 545 este ano, um aumento de pouco mais de 6%).

Após o discurso do bispo, o senador José Nery (PSOL-PA), que votou contra o reajuste, declarou: “Entendemos o gesto, o grito e a exigência de dom Edmilson Cruz que, em sua fala, diz que veio aqui, mas recusará a comenda. Também exige que o Congresso Nacional reavalie a decisão que tomou em relação ao salário de seus parlamentares”. (com informações da Agência Brasil)

Kleinübing faz escola no Rio de Janeiro

A assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal de Blumenau informou no início do mês que o prefeito João Paulo Kleinübing e o secretário municipal de Planejamento Urbano, Walfredo Balistieri, fariam uma visita aos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo (RJ), devastadas pela enchente e deslizamentos em janeiro. O objetivo seria ajudar as prefeituras fluminenses com a experiência Blumenauense de 2008. “A idéia é mostrar nossos procedimentos, sobretudo no campo da Habitação, para que essas cidades economizem tempo e agilizem sua recuperação”, afirmou JPK em nota oficial. Vamos torcer para que os conhecimentos da dupla impeçam que os desabrigados da Região Serrana do Rio (cerca de 30 mil pessoas) permaneçam menos tempo em abrigos do que as famílias Blumenauenses que amargaram dois anos em locais improvisados.

<http://www.flickr.com/darkroomproductions>



No Egito, centenas de pessoas protestam contra ditadura de Hosni Mubarak

Uma nova primavera dos povos?

Desde o começo do ano, o mundo assiste estarecido aos acontecimentos que vem se espalhando pelo mundo árabe. Tunísia, Líbia e Egito são alguns dos países governados há décadas por ditadores e que, agora, enfrentam grandes revoltas populares. Na Tunísia, os manifestantes forçaram a deposição de Ben Ali, que fugiu para a Arábia Saudita. No Egito, onde a ONU estima a morte de 300 pessoas, Hosni Mubarak agarra-se com todas as forças ao poder, tentando prolongar ao máximo sua permanência - para isso não medindo esforços de reprimir os manifestantes, calar a imprensa e tirar do ar a internet. Os EUA, que sempre se manifestam pela democracia em países como Honduras, Venezuela, Bolívia e Irã, há muito apoiavam a ditadura de Mubarak. As revoltas que incendiam o mundo árabe, apelidadas de Revolução de Jasmim, mostram que independente da língua ou religião, todos os povos anseiam viver em regimes que possibilitem sua participação nas decisões coletivas. (Por Martin Kreuz)

Charles Steuck



Comunicação popular catarinense tem novidades na internet

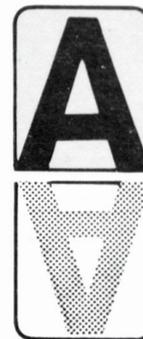
A Rede Popular Catarinense de Comunicação, rede de entidades de comunicação popular do Estado, começa o ano com novidades na luta para divulgar informações e fatos ignorados pela mídia comercial.

A Agência de Notícias do Contestado (www.agecon.org.br), com sede na cidade de Fraiburgo, no Meio-Oeste do Estado, retomou as atividades este ano com novidades na Rádio Web, que agora também transmite notícias.

Já o portal Desacato (www.desacato.info), com artigos de toda a América Latina, apresenta novidade para o grupo da Pobres e Nojentas (www.pobresenojentas.blogspot.com). A partir de um trabalho dedicado feito por Rosângela Bion e Wilmi Frantz, finalmente a revista, que nasceu em maio de 2006, está disponível em todas as suas antigas edições na rede, em PDF, desde a número 1 (<http://desacato.info/pobres-e-nojentas>).

Acesse o sítio da Rede Popular Catarinense de Comunicação (www.redepopularcatarinensedecomunicacao.blogspot.com) e conheça melhor este trabalho de mídia alternativa e popular. (Com informações de Elaine Tavares - <http://eteia.blogspot.com>)

GALERIA



AÇU - AÇU : efervescência cultural e mercado de arte em Blumenau

POR DAIANA SCHVARTZ, Artista Visual, graduada em Artes Visuais pela FURB <daianaschvartz@hotmail.com>

A Galeria Açu-Açu foi fundada na cidade de Blumenau pelo poeta Lindolf Bell, o escritor Péricles Prade e pela artista plástica Elke Hering no ano de 1970, sendo a primeira galeria de arte do Estado de Santa Catarina. Situada na cidade de Blumenau, sua trajetória transformou-se em uma referência estadual e até mesmo nacional no que se refere às artes plásticas. Ao longo dos seus 28 anos, a galeria teve três sedes, a primeira situada na Rua XV de Novembro, a segunda na Rua Namy Deeke e a última na Rua São José, todas localizadas no centro da cidade de Blumenau.

No texto escrito por Lindolf Bell para a inauguração da Açu-Açu em 16 de janeiro 1970, intitulado “Manifesto Barriga Verde”, ele descreve o porquê de criar uma galeria de arte no Estado, dizendo que “nós (catarinenses) pecamos por desconhecimento de nossas próprias habilidades”. Nomes de artistas que já na época tinham trabalhos relevantes como Ernesto Meyer Filho, Rodrigo de Haro, Sylvio Pléticos, Alberto Luz, Pedro Paulo Vicchitti, Freya Gross, Marcos Konder Reis, Ricardo Hoffman, Elke Hering Bell e outros foram citados para justificar a importância de dar visibilidade aos artistas catarinenses. Segundo Bell, era “preciso lutar para que Santa Catarina seja incluída não apenas nos roteiros turísticos. Nós merecemos também os culturais, porque estamos à altura de receber e contribuir em qualquer setor da cultura brasileira”.

Entretanto, o questionamento pela falta de uma galeria no Estado não se devia pela ausência de artistas, pelo contrário, havia já na época muitos ar-

tistas catarinenses conhecidos fora do Estado e até mesmo no Exterior. O que faltava era criar um espaço onde os artistas pudessem mostrar e vender seus trabalhos. Com a galeria, trabalhos de artistas, conhecidos ou não, ganharam espaço. Na busca por uma valorização da produção de arte no estado, a galeria criava um espaço social concentrador

Para Lindolf Bell, era “preciso lutar para que Santa Catarina seja incluída não apenas nos roteiros turísticos. Nós merecemos também os culturais, porque estamos à altura de receber e contribuir em qualquer setor da cultura brasileira”

do potencial artístico, reunindo produções individuais.

IMPULSO ÀS ARTES

Através da galeria, seus idealizadores lançaram, no ano de 1970, a primeira “Coletiva Barriga-Verde” propiciando um encontro de várias manifestações artísticas em um só evento. A coletiva dava um novo corpo à arte catarinense, mostrando o que havia de novo em arte no estado. Com a iniciativa da Açu-Açu, foram criados departamentos de Cultura em outras cidades de Santa Catarina, possibilitando o intercâmbio de exposições e obtendo destaque nacional. Des-

ta forma, impulsionou o mercado da arte, incentivando e valorizando a compra de trabalhos artísticos.

Em 1971, a galeria promoveu também o primeiro leilão de artes plásticas de Santa Catarina nas dependências do Teatro Carlos Gomes em Blumenau, trazendo obras de importantes artistas nacionais. Junto com a Casa de Leilões de São Paulo trouxe nomes como Portinari, Tarsila, Pancetti, Di Cavalcanti, Volpi, Cícero Dias, Caribé entre outros.

Por intermédio da galeria, o contato entre obra de arte e público foi facilitada. Pessoas passaram a adquirir obras de arte escolhendo peças dos mais variados estilos e temas; o mercado de arte, que até então não existia em Blumenau e região, passou a ter relevância no contexto nacional.

A Galeria Açu-Açu era tão intrinsecamente ligada a Lindolf Bell que fechou as portas com a morte do poeta, em 1998. Nos últimos anos de existência, o local já não vivia a agitação dos seus tempos áureos. O cenário artístico cultural da época estava pautado em uma relação privada com a arte, e seu grande interlocutor era o marchand Bell, que articulou por anos o único espaço de comercialização e difusão de arte da região.

imagens: reprodução Arquivo Histórico José Ferreira da Silva





Pós-desastre: Reconstruindo a Armadilha

POR CLAUDIA SIEBERT, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da FURB e pesquisadora do NEUR (Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais) <csiebert.arq@gmail.com>

Como se mede uma tragédia? Se nosso instrumento de mensuração for o número de mortes, o desastre socio-ambiental da Região Serrana do Rio de Janeiro - com 249 mm de chuva entre 11 e 12 de Janeiro de 2011, que resultou em mais de 800 mortes confirmadas e de 400 desaparecidos - foi dezenas de vezes maior do que o desastre que atingiu Blumenau em 2008. No entanto, se nossa régua for a precipitação, os 500 mm de chuva que Blumenau recebeu em dois dias - com recorde histórico de 283 mm em 24 horas, entre os dias 22 e 23 de novembro de 2008 - foi maior, apesar de só (só?) ter causado 24 mortes.

Mas como não estamos em uma competição macabra pelo maior desastre, assistimos ao noticiário do Rio de Janeiro com a angustiante sensação de *dejà*

vu. A tragédia transformada em espetáculo pela mídia; o solo argiloso exposto em feridas abertas pelos deslizamentos nas encostas; as casas destruídas como brinquedos pela força das correntes de lama; o desespero dos sobreviventes na busca pelos parentes desaparecidos; o heroísmo do corpo de bombeiros, do exército e da defesa civil nos resgates; a desesperança dos desabrigados alojados em ginásios; a solidariedade dos voluntários e dos donativos.

O Haiti é aqui, e a Região Serrana do Rio de Janeiro pode ser Blumenau amanhã. Aqui, como lá, os desastres não são fenômenos naturais ou divinos, mas sim construções sociais decorrentes da interação conflituosa entre sociedade e meio ambiente. Os desastres foram socialmente construí-

Desastres como o de Blumenau e, mais recentemente, no Rio, foram socialmente construídos por um modelo de urbanização que não respeita os limites do meio natural e por décadas de omissão do poder público

dos por um modelo de urbanização que não respeita os limites do meio natural e por décadas de omissão do poder público na produção de habitação social para a população de baixa renda. A chuva intensa foi apenas o fenômeno natural catalisador do desastre preparado pelas condições pré-disponíveis: vales íngremes, solo argiloso, ocupação irregular de áreas de risco com remoção de vegetação e sem drenagem.

Como já vimos este filme, já sabemos, lamentavelmente, o que vai acontecer nos próximos meses no Rio de Janeiro: após o desastre, o próximo capítulo será a reconstrução, com ações do poder público e da sociedade civil. Passando a chuva e abrindo o sol, as famílias desabrigadas cansarão de esperar por ações governamentais e voltarão para suas casas em áreas de risco,

em estado pós-traumático de negação da tragédia. Como se não fosse acontecer de novo por que não queremos que aconteça.

As verbas públicas prometidas enfrentarão os labirintos burocráticos para serem liberadas. As empreiteiras, beneficiadas pelos decretos de calamidade pública que permitem a contratação sem licitação, faturarão como nunca. A economia local vai receber o impulso do FGTS liberado, que se transformará em material de construção, móveis e eletrodomésticos. Em caso de desemprego futuro, os trabalhadores não poderão mais contar com esta rede de segurança.

Os decretos de calamidade pública também dispensarão a execução de estudos de impacto ambiental para obras emergenciais, que não respeitarão a legislação ambiental. Com isto, serão removidas as barreiras de terra

que caíram sobre ruas construídas penduradas entre rios e morros, tornando a desestabilizar a base das encostas e voltando a dar acesso a áreas que nunca deveriam ter sido ocupadas. A terra removida destas barreiras será depositada em terrenos baixos, que serviam de espaço para os rios extravasarem nas suas cheias. Assim, confinados, os rios ganharão velocidade e transbordarão com mais violência nas próximas chuvas. As árvores serão declaradas culpadas e executadas sumariamente pelas motosserras, deixando de contribuir com seu sistema radicular para a contenção das encostas.

A reconstrução das pontes será feita estrangulando os cursos d'água. A contenção de encostas será feita de maneira tecnicamente incorreta, aumentando o peso nas partes altas com gabões. Veremos obras de drenagem subdimensionadas, muros de arrimo sem fundação, dinheiro público e privado mal aplicado. Veremos, mais uma vez, a insistência em dominar a natureza, em inventar impossíveis terrenos planos escavando encostas, em reforçar construções que foram destruídas pelas águas, em vez de aceitarmos que há locais inadequados à urbanização que devem ser deixados em paz, liberando a passagem das águas.

Conjuntos habitacionais serão edificados nas periferias, desperdiçando a oportunidade de inclusão social oferecida pelos vazios urbanos e edificações sub-utilizadas em

As verbas públicas enfrentarão os labirintos burocráticos para serem liberadas. As empreiteiras faturarão como nunca. A economia local vai receber o impulso do FGTS liberado, que se transformará em material de construção, móveis e eletrodomésticos. Em caso de desemprego, os trabalhadores não poderão mais contar com ele

áreas centrais. Com isto, os deslocamentos casa-trabalho consumirão o tempo e a renda dos trabalhadores, contribuindo para sobrecarregar o sistema de circulação urbana. Além disto, estes conjuntos habitacionais atenderão apenas às famílias que perderam suas casas, deixando para o próximo desastre as famílias que continuarão morando em área de risco.

PROGRESSO E CALAMIDADES

Lamentavelmente, observamos que as oportunidades de aprendizado social proporcionadas pelos desastres não são aproveitadas para repensar as relações entre sociedade e natureza. Nossa civilização está cada vez mais urbana, com metade dos seis bilhões de habitantes do planeta residindo em cidades. Com a concentração da população nas cidades, os impactos da urbanização sobre o meio ambiente nos levam ao questionamento sobre a sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento urbano, predatório e excludente.

A urbanização decorrente da industrialização no século 19 baseou-se nas possibilidades trazidas ao homem pela mecanização da natureza. Acreditava-se que o meio ambiente poderia e deveria ser submetido às necessidades humanas e do capital; e que a natureza assimilaria, indefinidamente, os resíduos da nossa civilização, modo de produção e consumo. Assim,

para que a civilização urbana prosperasse, era considerado não só aceitável, mas até necessário, que o meio natural fosse subjugado. O corte de morros, a ocupação e o aterro de áreas inundáveis, a canalização e retificação de cursos d'água, a destruição de florestas, restingas e manguezais, eram vistos, no século 19 e boa parte do século 20, como sinais de progresso. Estas práticas têm resultado em deslizamentos e inundações que sistematicamente atingem populações despreparadas, vulneráveis em suas ocupações precárias, transformando o desastre e a calamidade pública em triste rotina.

Sem aprendermos, lamentavelmente, o que temos visto após os desastres socio-ambientais são obras de reconstrução que não respeitam o meio natural, e que buscam, mais uma vez, dobrar a natureza à vontade humana. Repetem-se, assim, os erros do passado, criando-se armadilhas que poderão ocasionar, futuramente, novos desastres, alimentando o círculo vicioso de desastre-reconstrução. Precisamos romper este círculo com medidas preventivas, investindo não na reconstrução das áreas de risco, mas sim em uma política habitacional consistente, que evite a continuada ocupação destas áreas. Caso contrário, no próximo verão, poderemos novamente protagonizar o trágico espetáculo da insustentabilidade indo por água abaixo.



Cenas semelhantes às testemunhadas no Vale do Itajaí em 2008 se repetiram na Região Serrana do Rio de Janeiro (Fotos: Daniel Marenco/FolhaPress)

Carnívoros do Parque Nacional

Pumas são monitorados por câmeras fotográficas com sensores para disparo automático (Foto: divulgação)



Projeto da bióloga e Mestre em Engenharia Florestal Cintia Gisele Gruener visa garantir a existência dos pumas na Unidade de Conservação criada em junho de 2004

POR FABIANA DALLACORTE, Bióloga, Mestra em Engenharia Ambiental, Bio Teia Estudos Ambientais Ltda <bioteia@terra.com.br>

Através do Decreto Presidencial de 4 de junho de 2004, o Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI) foi criado e recebido com muita alegria pelo movimento ambientalista e pelos que veem a criação de unidades de conservação como sendo o clímax da conservação mundial. Situa-se inteiramente no Vale do Itajaí, abrangendo uma área de 57.374 hectares de floresta atlântica, distribuídos em nove municípios: Blumenau, Indaial, Apiúna, Ascurra, Presidente Nereu, Vidal Ramos, Botuverá, Guabiruba e Gaspar. É o primeiro parque nacional a ter seu plano de manejo realizado dentro dos cinco anos de sua criação, conforme indicado pela legislação vigente. Este plano de manejo foi publicado através da Portaria nº 53, de 26 de junho de 2009.

Através da realização do seu plano de manejo, diversas informações foram compiladas e também coletadas em campo, o que faz com que hoje saibamos que nesta unidade de conservação é possível encontrar uma rica diversidade biológica (ver quadro). Hoje o plano de manejo do PNSI está sendo implementado como forma de proteger e assegurar a perpetuidade dos recursos natu-

rais desta UC. Destaca-se o projeto da bióloga e Mestre em Engenharia Ambiental, Cintia Gisele Gruener, pesquisadora do PNSI que é responsável técnica pelo Projeto Carnívoros. Este projeto é uma pesquisa científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversi-

O enfoque se deve à importância da espécie na regulação dos ecossistemas, pois ocupam o topo da cadeia alimentar. Sua remoção pode alterar toda a comunidade

dade (ICMBio) que visa garantir a conservação de pumas (*Puma concolor*) na região do Parque Nacional da Serra do Itajaí. Teve início em janeiro de 2009 com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e atualmente já conta com um diagnóstico apurado acerca das pressões, ameaças e percepções sobre os carnívoros silvestres, além da adesão de vários parceiros, tais como o Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação de

Predadores Naturais (CENAP), órgão especializado do ICMBio, além do Instituto para a Conservação dos Carnívoros Neotropicais (Pró-Carnívoros), da FURB e da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

Os dados coletados até o momento reforçam que o caminho para garantir a conservação dos carnívoros está principalmente na informação, conscientização e fiscalização, além da obtenção de dados ecológicos das populações de carnívoros, em especial do puma e suas principais presas.

O enfoque em Carnívoros se deve à sua importância na regulação dos ecossistemas, pois ocupam o topo da cadeia alimentar, com efeito de controle “de cima para baixo”. Sua remoção pode alterar toda a comunidade, além do fato de necessitarem de grandes áreas de ambiente bem preservado.

Assim, a obtenção de dados ecológicos básicos sobre o carnívoro de maior porte, o puma, conhecido também como onça-parda, suçuarana e leão-baio, presente na Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, visa embasar adições de área, ações de fiscalização e de educação ambiental ou futuros aprimoramentos do Plano de Manejo do PNSI, e mesmo manejo de

espécimes para garantir sua viabilidade populacional. O puma é considerado uma espécie guarda-chuva, pois o estudo detalhado desta espécie permitirá entender as condições mínimas necessárias para a sobrevivência da mesma e, teoricamente, das demais espécies menos exigentes.

Os dados ecológicos, como estimativas de tamanho e densidade populacional dos pumas, são obtidos pelo método de “capturas” fotográficas, usando 40 câmeras com sensores de presença e disparo automático. Dados da dieta são obtidos por triagem de fezes e análise de carcaças de presas; e os parâmetros de área de vida e preferências de habitat, por monitoramento com telemetria por GPS, tecnologia ideal para o relevo acidentado e vegetação densa do PNSI.

Simultaneamente aos trabalhos de campo, é realizado o treinamento de funcionários do parque e de pesquisadores locais para continuarem monitorando a espécie por meio de protocolos padronizados.

Todas essas ações irão garantir a viabilidade populacional de pumas, conservar espécies menos exigentes ambientalmente, e melhorar a qualidade de vida das famílias.

Assim, crianças e adolescentes possuem os direitos à vida e saúde; à convivência familiar e comunitária; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à profissionalização e à proteção no trabalho.

Estatuto da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares: desafios na luta contra o descaso

POR CLEIDE T. DE OLIVEIRA, conselheira tutelar <mcdap@terra.com.br>, JAISON SAMUEL SILVEIRA, conselheiro tutelar <jaisilveira@gmail.com>, e JOSIELE BENÉ LAHORGUE, coordenadora geral do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Blumenau <psicojosi@gmail.com>

Em Novembro de 2010, tivemos a oportunidade de participar do 5º Congresso Nacional de Conselheiros (as) e ex-Conselheiros (as) Tutelares, realizado em Luziânia, Goiás, que teve como tema “O Conselho Tutelar aí está do tamanho do Brasil” e lema “Desafios no atendimento, Desafios no entendimento”. O Congresso Nacional é a maior instância democrática de deliberação do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares (FCNCT) e acontece a cada dois anos.

Com mesas temáticas de grande relevância para o atendimento/entendimento das questões relacionadas aos Direitos das Crianças e Adolescentes do Brasil, o evento possibilitou um olhar amplo sobre as problemáticas que envolvem a ação do conselheiro tutelar na defesa dos Direitos dos jovens nas mais variadas regiões do país, buscando debater e divulgar as atribuições e necessidades existentes pelos conselheiros tutelares no exercício de sua função.

As discussões do Congresso Nacional desafiaram os participantes a refletir sobre a sociedade que temos e a sociedade que queremos. Fez-nos, também, pensar acerca da Lei 8069/90 – o Estatuto da Criança e do Adolescente, popularmente conhecido como ECA. A lei completou 20 anos em 2010, porém ainda não está legitimada pela sociedade, tampouco vem executada em sua magnitude. Assim como a lei, a função de conselheiro tutelar ainda não teve sua importância assimilada socialmente.

Desde a promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, nossas crianças e adolescentes são considerados, por nossa sociedade, sujeitos de direitos, em pleno desenvolvimento e que merecem atenção especial do Estado para garantia de seus direitos fundamentais.

Em seu artigo 227 está previsto que a família, a sociedade e o Estado devem promover e garantir os direitos fundamentais necessários ao pleno desenvolvimento da população infanto-juvenil. Desta forma, em 1990, cria-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, com o intuito de consolidar os direitos previstos em nossa Carta Magna.

É preciso perceber que o Artigo 227 e o Estatuto da Criança e do Adolescente não é uma legislação que nasce nos gabinetes, mas que nasce nas ruas e chega a Brasília empurrado pelo movimento da redemocratização do Estado nacional com a força de 1,5 milhão de assinaturas, na luta do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e da Pastoral do Menor.

Assim, crianças e adolescentes possuem os direitos à vida e saúde; à convivência familiar e comunitária; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à profissionalização e à proteção no trabalho.

Nesta mesma legislação está prevista a criação de um órgão responsável pela fiscalização das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, fazendo com que seus direitos sejam garantidos quando a família, a sociedade ou o Estado os estejam violando. Estes órgãos existem em todo o Brasil e são denominados Conselhos Tutelares.

Então, em Novembro de 2010, tivemos a oportunidade de participar do 5º Congresso Nacional de Conselheiros (as) e ex-Conselheiros (as) Tutelares, realizado em Luziânia, Goiás, que teve como tema “O Conselho Tutelar aí está do tamanho do Brasil” e lema “Desafios no atendimento, Desafios no entendimento”.

É preciso avaliar atendimentos e também entendimentos acerca desta questão, bem como clarear o papel político dos conselheiros tutelares, pois muitos ainda não tem clareza de suas funções como representantes da sociedade. Entende-se que isto faz parte do processo social e está atrelado à cultura de não-participação política, impregnada em nós pelas elites dominantes que preferem manter o povo na ignorância a ter uma sociedade politizada e ciente de seus direitos e deveres.

Na função de assessorar e fiscalizar o poder público municipal o Conselho Tutelar tem sua principal função política, pois é através dela que o conselho desempenha o papel de representante da sociedade no sistema de garantia.

Sendo assim, a função de conselheiro tutelar é considerada serviço público relevante e os recursos necessários para o seu funcionamento

situações de nosso conhecimento, tais como: conselheiros tutelares sem salários há dois anos; prisões arbitrárias de colegas conselheiros por tentarem garantir os direitos de crianças e ado-

lescentes; equívocos por parte dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes referentes às atribuições dos conselheiros tutelares; desrespeito pela condição de órgão autônomo, relações hierárquicas, não suporte público; entre outras.

Contudo, entende-se que a real função do conselheiro tutelar é a de agente público e político

que, uma vez eleito pela sociedade, deverá trabalhar junto com a mesma para que as violações de direitos não mais aconteçam. Neste sentido, a sociedade precisa caminhar lado a lado com o conselheiro tutelar sem esperar que este tire sua capa de super herói do armário e saia em busca da salvação do mundo.

Por outro lado, espera-se também que o Con-

A real função do conselheiro tutelar é a de agente público e político que, uma vez eleito pela sociedade, deverá trabalhar junto com a mesma para que as violações de direitos não mais aconteçam



deverão estar previstos no Orçamento Público Municipal, conforme os Artigos 134 e 135 do ECA. Assim, o conselheiro tutelar vincula-se administrativamente, quando no exercício da função, à gestão pública municipal.

No entanto, encontramos, por todo nosso Brasil, muitos Conselhos Tutelares que não possuem a estrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades e, também, muitos conselheiros tutelares sem o devido reconhecimento para o desenvolvimento de suas atribuições. Muitos são coagidos e até mesmo obrigados a cumprir atribuições não previstas na legislação federal. Podemos destacar algumas

situações de nosso conhecimento, tais como: conselheiros tutelares sem salários há dois anos; prisões arbitrárias de colegas conselheiros por tentarem garantir os direitos de crianças e ado-

lescentes; equívocos por parte dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes referentes às atribuições dos conselheiros tutelares; desrespeito pela condição de órgão autônomo, relações hierárquicas, não suporte público; entre outras.

“Crianças soldados, turismo sexual, escravidão infantil. Onde estão seus direitos?” (Foto: Romain/www.apictureourselves.org)

A vida que o Parque preserva

Vegetação

340 espécies de plantas nativas, distribuídas em 65 famílias de três tipologias vegetacionais: Floresta Ombrófila Densa Submontana, Floresta Ombrófila Densa Montana e Floresta Ombrófila Densa Altomontana.

118 são endêmicas do Bioma Mata Atlântica.

13 estão na lista da International Union Conservation of Nature and Natural Resources (2004) como ameaçadas de extinção, e seis estão na Lista Brasileira da Flora Ameaçada.

Peixes

A ictiofauna no PNSI foi diagnosticada pela primeira vez.

São **23** espécies pouco conhecidas, algumas necessitando de confirmação taxonômica.

Répteis

45 espécies de anfíbios anuros registradas.

15 espécies de répteis.

Aves

O PNSI tem **310** espécies de aves. Destas, 107 são endêmicas do

bioma e 34 estão na categoria de ameaçadas.

▲ Espécies ameaçadas: Gavião-pombo-grande (*Leucopternis lacernulatus*), Papagaio-do-peito-roxo (*Amazona vinacea*), Papo-branco (*Biatas nigropectus*), Maria-da-restinga (*Phylloscartes kronkei*), Pichochó (*Sporophila frontalis*), Patinho-gigante (*Platyrrinchus leucoryphus*) e Araponga (*Procnias nudicollis*).

Alguns desses registros compreendem redescobertas em território catarinense, ou então de aves pouco conhecidas com relação à

sua biologia e distribuição. Algumas apresentam distribuição meridional mais ampla do que se supunha, e foi também realizado registro inédito em Santa Catarina.

Mamíferos

Foram registradas **69** espécies, sendo seis endêmicas e mais seis ameaçadas de extinção.

Diante desse fato, o PNSI, por sua extensão e qualidade florestal, é uma área essencial para a existência e manutenção de espécies de animais de médio e grande porte, os quais necessitam de

grandes áreas para viver e manter populações geneticamente viáveis. É preciso também reforço redobrado para conter a caça.

▲ Espécies ameaçadas: Gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), Gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), Jaguaritica (*Leopardus pardalis*), Puma (*Puma concolor*), Veado-bororó (*Mazama nana*).

Os dados sobre a diversidade biológica apresentada neste artigo foram compilados do plano de manejo do PNSI.

Jovens e as transformações urbanas

Experiências em Blumenau

POR QUELI FLACH ANSCHAU, assistente social (FURB), especialista em Educação Popular e Movimentos Sociais (ISULPAR), Mestre em Sociologia Política (UFSC) <qanschau@gmail.com>

A juventude pertence aos recursos latentes de que toda sociedade dispõe e, cuja mobilização depende de sua vitalidade. Isso não quer dizer que a juventude seja progressista ou reacionária por índole, mas que esta é uma potencialidade que pode ou não ser canalizada. E que a qualidade da juventude, além do seu espírito de aventura, consiste também no fato dela não se encontrar ainda completamente envolvida no *status quo* da ordem social. Então, suas ações nem sempre são de contestação, ou vândalas, e sim podem ser de reconhecimento e apropriação dos espaços sem restrições de legalidade ou de valores sociais. A ideia aqui, é pensar que os espaços públicos, em especial os da cidade, podem ser considerados um campo de exercício dessas potencialidades.

Vale lembrar que pensar espaços públicos na conjuntura contemporânea é compreendê-los como uma órbita porosa e oblíqua, que perpassa todos os níveis da sociedade e incorpora o conjunto dos discursos, visões de mundo e interpretações, possibilitando a existência de uma variedade de fóruns e arenas comunicativas. Ou seja, uma arena viva e dinâmica, na qual permanentes processos de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica acontecem. Portanto, é lugar de excelência de encontros da vida pública, para exercício das dimensões sociais, comuns e políticas.

Mas não existem espaços públicos sem sujeitos e vice-versa. São eles — as pessoas — que dão significados aos espaços na medida em que se exercitam neles. Apesar disso, temos que reconhecer que este movimento acontece de forma tímida, especialmente em virtude das perspectivas capitalistas que estão definindo as condições e o exercício do lazer na vida urbana. A rua não está mais como alternativa principal de sociabilidade. O andar pelas ruas não é mais efetuar um ato cultural, não arbitrário, que inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes, E não objetiva garantir uma memória através da prática ou o reconhecimento de um saber muitas vezes não sabido, como referenciou Cerateau (1994).

Como se não bastasse o movimento societário rumar neste sentido, os gestores públicos, na sua maioria corroboram

para esta visão a medida que criam e gestam iniciativas coercitivas de práticas humanizadoras e de inter-relação com os espaços.

Blumenau — nosso recorte de estudo — não foge à regra das transformações urbanas, apesar de insistir numa representação diferenciada no que se refere ao seu desenvolvimento, sofreu alterações tal qual outra cidade. Apresenta hoje uma pluralidade de sujeitos e hábitos. No entanto, insiste em falsear uma história real em detrimento de outra ilustrativa que é a da germanidade apoiada na ideia do mito fundador. Dessa lógica, surgiram muitos mitos em torno da cidade, um deles consiste na não apropriação dos seus espaços públicos, em especial pelos diferentes ou para práticas que não o consumo ou “lazer” pré definido.

Mesmo assim, aparecem nesse cenário, diversas práticas que fogem a essa regra, voltamos aqui, a falar dos jovens. Os quais contam, como já vimos, com o vigor etário e querem ora contestar a isso tudo, ora serem “acolhidos” ou “reconhecidos” como exercício cidadão e muitas vezes somente como um trânsito de geração.

Essa relação de jovens com espaço público não é algo novo, perpassou e perpassa gerações ao longo da história. Portanto, não estamos problematizando algo inédito e nem a cidade está lidando com uma novidade à parte de seu contexto. Os jovens fizeram e fazem parte dos processos de desenvolvimento urbano, contribuíram historicamente para o reconhecimento deste, também, como esfera de sociabilidade.

Mas o que observamos, e Blumenau não foge a regra, é uma resistência simbólica por parte da sociedade adulta em reconhecer essas manifestações juvenis como algo potencial para a cidade, a sociedade e os próprios jovens. Por conta desse cenário, verificamos em alguns movimentos de jovens na cidade de Blumenau que há sim uma desordem ao que está posto pela cidade, menos no sentido da transgressão ou do enfrentamento político, algo que fala por si, fala principalmente do diferencial estético dos/das jovens.

Presenciou-se em alguns aspectos o que Mannheim (1978) afirmou ao dizer que as sociedades tradicionais, estáticas ou lentamente mutáveis — até mesmo aquelas que apesar das mudanças se

auto denominam assim — operam sem a mobilização dos recursos juvenis, ou pelo menos tentam. Dessa forma, os jovens não são “impulsionados” a exercitar os contatos originais, exercício que possibilita a cada jovem entrar de maneira diferente em contato com a herança acumulada e resignificá-la se caso for necessário. Portanto, para uma sociedade e para os jovens essa mobilização são acontecimentos importantes, marcam a biografia de cada sujeito, principalmente os que estão começando uma nova fase geracional.

Então, se há a identificação de uma “desordem” é possível pensar que mesmo a cidade de Blumenau afirmando uma representação germânica, um resgate tradicional que a faz parecer mais estática, uma determinação de como deve acontecer o contato original dos jovens, estes acontecem mesmo que superficialmente e, possibilitaram com certeza, ao longo do desenvolvimento histórico resignificar a cidade, talvez não em sua gênese, mas dando outra aparência estética aos espaços e provocando a criação de instrumentos que os atendam, como é o caso da pista de skate e a permanência nas praças e espaços públicos como as calçadas.

Conclui-se que é inegável que a Blumenau atual já esta diferenciada da Blumenau de 10 anos atrás, isso se deve, claro, ao desenvolvimento urbano, mas não só, se considerarmos as interações e significação dos sujeitos nos espaços. Neste sentido, cabe afirmar que Blumenau tolera os jovens - não consumidores e mesmo os consumidores diferentes - nos espaços públicos para não reconhecer essas novas identidades de forma radical e, suas representações acerca da cidade. Mas, por não poder deter uma sociabilidade decorrente da forma como são assimiladas as formas pré-estabelecidas, que implica obrigatoriamente na transição de geração, nas heranças apreendidas e levada para um novo status, vem assimilando aos poucos a diversidade dessa geração em sua história.

(Texto produzido com dados da pesquisa-ação realizada em 2006/07)

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer - Petrópolis: Vozes, 1994. - 351p. : il
MANNHEIM, Karl. Ideologia e utopia. - Rio de Janeiro: Zahar, 1978. - 330p

Nathan Hayag (www.flickr.com/nathanhayag)



O velho, a velha e o violino

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, escritor, autor dos livros “Pequeno álbum” (2009), “De espantinhos e pedras também se faz um poema” (2008) e “Sob a luz do farol” (2005)

Hoje as lembranças estão confusas e as pernas se enroscam em um tango solitário. Escuto as notícias do dia ao longe, mantra de sangue onde mergulham meus olhos; as mãos, suspensas no ar, caçando suspiros perdidos no éter. Quero parar o poema dorido abortado nos lábios — poema suspiro! Encontro-o na placenta do mundo; ao fundo, as cordas desafinadas de um violino que um dia vi tocado numa praça em Curitiba: dedos rugosos esgravatando sons num tempo conhecidos por aqueles ouvidos setuagenários e que por hora reconhecem apenas o tilintar das pobres moedas ao prato. E a chuva lava meu dia.

Hoje procuro o verso urbano que aquela senhora pendura à sacada: o verbo grafado nos olhos que buscam ao cio. Quero subir as escadas, bater-lhe à porta; a estrada, no entanto, devolve-me à praça e ao violino desafinado e infestado de cupins: gargalha a boca de moles gengivas ao som dos gemidos do arco às cordas. Que toca, desejo saber? Inaudíveis sinfonias, reconhecidas apenas por si. E dança a velhinha a polca imaginária: rotas chinelas, gretados os pés. Carrega consigo tão alvos cabelos, tão pobre vestido, tão poucos desejos. Mira seu homem que toca contente, ternura e lembrança do amante de ontem. Para onde migrarão, depois, tão flácidos corpos? À cama de tábuas, ao estrado de palha?

Busco o alento nas pias batinas ou sob o hábito da freira que me sorri todas as manhãs: os olhos devassos, as mãos e o rosário. É tenra. Escuta minha pele, arranha minha alma; amor nervoso às sombras dos muros. Não é o caso, agora; é claro o dia e os muros, iluminados, refletem sombras passageiras e apressadas. A polca, meu deus! A polca, das pernas de canelas tão finas! Como dançam as pernas e os braços que abraçam o vazio! É praça, e há toda esta multidão de juízes que reconhece a loucura ao ritmo de palmas, balança a cabeça e abandona centavos. Pálida razão de multidão que pasta em nossas cidades.

Há sempre uma história e muitos destinos: violino encontrado na lata de lixo. Sim, e a lembrança das notas fluídas em som, por que não? Arco improvisado, cordas choradas; e a velhinha que chega curiosa, escuta e entende que o dia chegou: há amores tardios. Assim, três eram os destinos — o velho, a velha e o violino — esses que vejo em minhas lembranças confusas. Estão aqui, neste banco que buscam meus olhos, nestes pompos que piscam o chão, ainda que praça vazia, ainda que mortos se vão. Estão aqui, as mesmas mãos carinhosas, de senhora, que domaram seu rosto magro, tomaram seu corpo ralo, ensinaram-lhe o amor. Por isso sorri o sorriso de velho maluco? Não, de velho feliz, suponho, que conheceu a quentura de dormir abraçado e do passado lembra apenas os muitos violinos que seus dedos já tocaram. Não o reconhecem os músicos da filarmônica por trás de toda aquela barba, por trás de todo aquele riso. Siso esperam sempre os que de sério se supõem. Não o reconhecem, portanto, em toda aquela praça tão sua, naqueles trapos tão seus. Passam senis, com suas tubas e flautas, suas cordas e percussões, ensimesmados e murchos, olhos no palco buscando aplausos, no anonimato da razão e do conjunto da orquestra. “Quem vai lá — perguntam alguns —, com os cabelos desgrenhados?” “O tocador de tuba” — respondem uns —, “O que soa a flauta” — afirmam outros. “Quem está cá?” — indago. “O velho do violino e sua velha dançarina” — sabem todos. Estão identificados na identidade do desvario.

Este verso urbano que sempre vi depenurado à sacada, preso às esquinas, esparramado sob os semáforos, diluído nestas lembranças confusas; viu-o essa que ora dança, e soube tomá-lo. Não o velho que meus olhos enxergam, mas de antanho o músico, dos tempos da tez louça da atraente mulher que era: primeira fileira, poltrona central, suspiros perdidos no palco, naqueles olhos que nunca a viram, nos nervos atentos à música, o corpo teso na cadeira. Como era bonito então! E bonito lhe parece agora, também, porém seu! Dança-lhe de dia, comparti-



Enrique Dans (www.flickr.com/edans)

lham o pão, a pobreza e a cama, e o recebe, ela, em seu corpo, tais quais arco e violino seus dedos delicados.

Anseio este poema onde busco me enterrecer: choque no concreto. Anseio piegas de chorar baixinho e sentir o alento do sol. Procurava-no ela: o poema e o profeta que roubara seu futuro. Tomou-lhe neste presente que vejo passar, aleatório e espectral, pelas retinas da memória. É bonita esta história que nunca aprendi a contar, que nunca souberam entender: viam apenas a miséria das roupas, o encardido dessa que deveria parecer respeitável barba, o desarranjo do som e a flacidez da sua senhora. Sua senhora, enfim! Era tudo que viam, porém — doença, demência e fome —, essa multidão apressada e aprisionada em sua significância de gado. No entanto, à hora do abandonar do dia, quando se punham em marcha aos lares infaustas massas dispersadas nas calçadas — tão cansadas! —, recolhia seu caixote e seu instrumento, ele; ela, recolhia seu homem ao peito, e caminhavam lentos para onde minhas vontades nunca me levaram: vaga alusão à tragicômica despedida chapliniana. Andar curvado e claudicante, o dele; de princesa altiva, o dela, que conduz um príncipe fatigado e seu violino sustentado sob o braço.

Hoje as lembranças estão confusas e as pernas se enroscam em um tango solitário! Fujo das notícias embebidas em linfa, dos versos de alcovas, dos prazeres em casta carne sob os muros. Tudo que procuro é o alento deste encontro na praça: o velho, a velha e o violino, que já não estão mais. Como também eu há tanto já não estava. Tantos rostos que passam por esta praça. A alguns pergunto para onde foram, mas ninguém nunca os vira. Aquela vendedora

de bonés, sim, que também por aqui andava naqueles tempos, que tanto reclamava dos barulhos do violino que lhe afastavam a freguesia, pergunto sobre o casal e seu instrumento, mas apenas me olha com a surpresa e a piedade com que se olha para um louco. Então nunca os houve? Nunca houve essa história daquela moça ainda jovem, tão bonita, que sozinha se sentava na plateia para o admirar amoroso do violinista já maduro? Nunca houve essa história do desencontro e do vazio por tantos anos, e da desrazão senil, o esquecimento, desse músico que certo dia mirou no lixo o velho instrumento carcomido, improvisou-lhe as cordas, e foi tocá-lo na praça, numa Curitiba que nunca conhecera? Nunca houve essa senhora de peles flácidas, vestido pobre, finas pernas, a encontrá-lo e reconhecer sob tanta barba e velhice o homem maduro que nunca deixara de amar? Nunca houve assim, tampouco, a polca ao som indefinível de uma sinfonia inteligível apenas aos ouvidos da sua imaginação? Então nunca sentiu nosso músico o calor da carne, as mãos e o prazer daquela sua bailarina? E o alento que este poema urbano — reescrito a cada novo dia, as mesmas roupas, o mesmo som, a mesma dança — me trazia? Também não houve esse alento?

“Queria parar o poema dorido abortado nos lábios” — disse-o. Descubri-me este poema abandonado em meio à praça estranhamente vazia. Da sacada, aquela senhora me abana nudez e promessas. Quero subir as escadas, bater-lhe na porta; a estrada, no entanto, devolve-me à praça e ao violino desafinado e infestado de cupins, às moles gengivas, à polca imaginária da sua senhora. Toca para mim, dança para mim! E a chuva lava meu dia...

OUTRAS VOZES: A pesquisa como instrumento de visibilidade da história da homoafetividade em Blumenau



Estêncil fotografado em Chueca, bairro de Madri, Espanha Eduardo Nasi (www.flickr.com/eduardonasi)

POR CARLA FERNANDA DA SILVA, professora de História da FURB <carlaf@furb.br>, CELSO KRAEMER, professor de Filosofia da FURB <celsok@furb.br> e FABIELE LESSA, bolsista de pesquisa <fabiele.beli@gmail.com>

Acompanhamos nos últimos dias, pela imprensa, diversos casos de agressão a nordestinos e, mais recentemente, a homossexuais. O que se destaca nestes casos é a intolerância, demonstrada por meio da violência verbal e física. Esses fatos, além de demonstrarem uma situação limite no convívio social, expõem uma sociedade intolerante, incapaz de lidar com a diferença.

Ao analisarmos as relações entre gêneros ao longo da história, percebemos a predominância de uma heteronormatividade, com destaque ao masculino. As mulheres foram mantidas no mundo privado, distantes da esfera pública, fato que contribuiu para uma 'naturalização' do feminino relacionado quase que exclusivamente ao lar, aos filhos, ao marido, etc. A narrativa histórica local sobre a mulher seguiu o modelo ideal: mulher cristã, reprodutora e frágil.

Em Santa Catarina, após estudos sobre gênero despontados por Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff, Marlene de Fáveri, Tânia Regina Oliveira Ramos, entre outros, realizados também na região de Blumenau, o relativo silenciamento da narrativa histórica local sobre a mulher tem tomado novos rumos, aos poucos dando visibilidade às mulheres como agentes da história.

No entanto, apesar do esforço, ainda se verifica mais escritos e publicações sobre os imigrantes homens que "desbravaram" a cidade, do que sobre mulheres que aqui chegaram. Poucas fotos de mulheres foram publicadas em livros comemorativos (Livro do Centenário, ACIB, entre outros) e em periódicos importantes da cidade, como a revista *Blumenau em Cadernos*, conduzindo o olhar somente aos monumentos erigidos na cidade, hegemonicamente masculinos. Estas imagens, propagadas em torno de uma identidade única para a ci-

dade, desmerecem sua diversidade, produzindo um silenciamento e esquecimento sobre a atuação histórica das mulheres. Se estas imagens silenciam a atuação das mulheres, aqui pensadas a partir de uma lógica da heteronormatividade, outras expressões de gênero, como a homossexualidade, a transexualidade, os travestis e a bissexualidade são sequer citados, ou cogitados como participantes da história.

A vivência da homossexualidade

Projeto de pesquisa tem como objetivo cartografar vivências homossexuais femininas através da 'história oral' e de pesquisa em diários e escritos íntimos

ainda é percebida como transgressão da norma, ou como patologia em função de uma postura tradicional das práticas sexuais, especialmente no Vale do Itajaí, que se mostra repressor às diversas expressões de gênero. O beijo entre pessoas do mesmo sexo ainda é tabu, causa espanto, quando não, hostilidades. Tal cultura tem no modelo heterossexual seu referencial de sexualidade, imposto como correto, verdadeiro, natural, segundo o 'plano da criação'.

Com essa percepção, surgiu o interesse em apresentar ao PIBIC/FURB o projeto de pesquisa "Outras Vozes: Análise das Narrativas de Relações Homoafetivas Femininas em Blumenau", que tem o objetivo de fazer uma cartografia de vivências homossexuais femininas através da 'história oral' e de pesquisa em fontes primárias (diários e escritos íntimos). Problematicar a sexualidade e

mostrar como ao longo da história é possível encontrar diferentes modos de constituição da subjetividade permite colocar em questão a concepção moralista, tradicional e hierárquica das relações de gênero. Pesquisar a história a partir das narrativas das mulheres homossexuais nos ajudará a refletir sobre as dificuldades que as mesmas enfrentam quando buscam expressar sua vivência na sociedade.

A pesquisa também interroga as diferentes formas de mobilização e organização de movimentos sociais em torno da questão da sexualidade, buscando visualizar o modo como estes hierarquizam ou não as relações de gênero.

Além disso, esse projeto visa, ainda, questionar as diferenças que marcam historicamente as formas de relações estabelecidas entre mulheres heterossexuais e homossexuais na afirmação de sua sexualidade. A pesquisa objetiva, também, analisar o modo como as mulheres homossexuais assumem seus relacionamentos e, a partir daí, se expõem e são percebidas como corpos sexualizados, corpos com desejos, corpos transgressores.

A pesquisa sobre esse tema produz conhecimento histórico e social sobre as questões de gênero, sexualidade e constituições de subjetividade, em nossa sociedade. Isso permite compreender como a sociedade local percebe as modalidades de expressão da sexualidade: práticas lícitas e ilícitas, moral sexual e regime dos prazeres.

Dar voz e visibilidade às mulheres homossexuais, por meio de suas narrativas de vida, possibilitará uma discussão local sobre a diversidade sexual, tanto no processo de pesquisa, quanto nos debates a serem propostos.

As narrativas orais e escritas, pensadas como uma possibilidade de expressão do vivido, trazem em

sua trama o período histórico vivenciado pelas narradoras, e esboça as transgressões dos limites, demonstra um anseio em repensar o mundo. Ou seja, a partir dessas narrativas, é possível fazer uma leitura da sociedade e pensá-la a partir de uma perspectiva da homossexualidade feminina.

Pretende-se, ainda, saber de que maneira estas mulheres tem superado o preconceito de si, dos outros, para si e para com os outros, numa cartografia que delinea uma sociedade selada na regulamentação da sexualidade. Enfim, pode-se compreender como as mulheres homossexuais lidam com o preconceito na cidade de Blumenau, e como ocorrem essas relações de gênero.

Refletir a partir da memória é refletir a partir do vivido, o que possibilita pensar as relações de poder, os modos de sujeição dos indivíduos, os efeitos de verdade-subjetividade e perceber os movimentos de resistência que representam uma ruptura com a norma estabelecida. Problematicar essa normatividade em relação às diversas expressões de gênero se faz essencial como forma de refletir sobre as diferenças.

As entrevistas e suas transcrições serão incorporadas ao CEMOP (Centro de Memória Oral e Pesquisa) da FURB e, quando autorizadas, será permitido o acesso de outros pesquisadores aos arquivos. Pretende-se realizar, ainda, uma apresentação da pesquisa e seus resultados na Universidade em parceria com o grupo LGBT Liberdade, de Blumenau.

As interessadas em contribuir com entrevistas e participar do projeto, favor entrar em contato através do email:

escritadesi@gmail.com